

Banco Komatsu do Brasil S.A

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e
relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***Relatório da Administração**

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A., referente ao exercício encerrado em 31/12/2016, elaboradas em conformidade com a legislação vigente, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos nossos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes.

A atuação do Banco Komatsu do Brasil durante o ano de 2016 foi bastante positiva no sentido de auxiliar as empresas do grupo Komatsu no país em viabilizar o escoamento da produção das máquinas e equipamentos para os vários segmentos de atuação, especialmente em meio a um ambiente político e econômico bastante adversos.

Para o ano de 2017, deveremos agregar em nosso portfólio de produtos os repasses de Finame, uma vez que já nos encontramos em fase final de obtenção do credenciamento como agente do BNDES, o que possibilitará uma ampliação de nossas alternativas de financiamentos. Com relação às operações de Arrendamento Mercantil Financeiro, não observamos, ao longo do ano de 2016, demanda de tomadores para a realização desta modalidade de operação.

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo apoio, comprometimento e dedicação, aos acionistas e clientes pela confiança.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À
Diretoria do
Banco Komatsu do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 04 de janeiro (início das operações) a 31 de dezembro de 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Komatsu do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 04 de janeiro (início das operações) a 31 de dezembro de 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de março de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4



BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	NOTA	2016		NOTA	2016
ATIVO CIRCULANTE		65.346	PASSIVO CIRCULANTE		1.822
Disponibilidades	4	12			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	42.248	Outras Obrigações	9	1.822
Aplicações em depósitos Interfinanceiros		42.248	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		25
Operações de Crédito	6	22.384	Fiscais e Previdenciárias		307
Setor Privado		22.692	Diversas		1.490
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(308)	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	15 h	1.297
Outros Créditos	7	613	Resultados de Exercícios Futuros		1.297
Rendas a Receber		304	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	98.366
Diversos		309	Capital Social		100.000
Outros valores e Bens	8	89	De Domiciliados no País		100.000
Despesas Antecipadas		89	Prejuízo Acumulado		(1.634)
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		35.751			
Operações de Crédito	6	34.451			
Setor Privado		34.928			
(-)Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(477)			
Outros Créditos	7	1.121			
Diversos		1.121			
Outros Valores e Bens	8	179			
Despesas Antecipadas		179			
Imobilizado de Uso		388			
Outras imobilizações de Uso		460			
(-)Depreciação Acumulada		(72)			
TOTAL DO ATIVO		101.485	TOTAL DO PASSIVO		101.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado - 2º Semestre e Período de 04 de janeiro a 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	NOTA	2º semestre 2016	Acumulado 2016
Receitas da Intermediação Financeira		6.900	9.035
Operações de Crédito		2.624	2.670
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		4.276	6.365
Despesas da Intermediação Financeira		(727)	(785)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6f	(727)	(785)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		6.173	8.250
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(5.629)	(11.166)
Receitas de Prestação de Serviços		33	54
Despesas de Pessoal	15b	(4.092)	(8.622)
Outras Despesas Administrativas	15a	(1.224)	(2.136)
Despesas Tributárias		(327)	(444)
Outras Receitas Operacionais		5	6
Outras Despesas Operacionais		(24)	(24)
Resultado Operacional		544	(2.916)
Resultado antes da Tributação		544	(2.916)
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	(275)	1.282
Crédito tributário diferido		(275)	1.282
Lucro/(Prejuízo) do Período		269	(1.634)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A

Demonstração da Muta  o do Patrim  nio L  quido - 2  Semestre e Per  do de 04 de janeiro a 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Capital Social	Prejuízo Acumulado	Total
Saldos em 04 de janeiro de 2016			
Capital Inicial	100.000	-	100.000
(Prejuízo) do Per��do	-	(1.903)	(1.903)
Saldos em 30 de junho de 2016	100.000	(1.903)	98.097
Lucro do Per��do		269	269
Saldos em 31 de dezembro de 2016	100.000	(1.634)	98.366

As notas explicativas s  o parte integrante das demonstra  es financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - 2º Semestre e Período de 04 de janeiro a 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2º semestre 2016	Acumulado 2016
LUCRO/(PREJUÍZO) DO PERÍODO	269	(1.634)
Ajustes ao Prejuízo:	764	857
Depreciação e Amortização	37	72
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	727	785
(Aumento)Diminuição em Ativos Operacionais	(50.041)	(59.622)
Operações de Crédito	(49.975)	(57.620)
Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(66)	(2.002)
Aumento(Diminuição) em Passivos Operacionais	1.634	3.119
Outras Obrigações	378	1.822
Resultados de Exercícios Futuros	1.256	1.297
ATIVIDADES OPERACIONAIS - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)	(47.374)	(57.280)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)	(18)	(460)
(Aquisição) de Imobilizado de Uso	(18)	(460)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO - CAIXA LÍQUIDO GERADO	-	100.000
Capital inicial	-	100.000
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(47.392)	42.260
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	89.652	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período	42.260	42.260
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(47.392)	42.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco) teve seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 04 de janeiro de 2016, bem como obteve sua inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda na mesma data.

Após o recebimento da autorização do Banco Central do Brasil para o início das atividades como banco múltiplo sem carteira comercial, ocorrida em 25 de abril de 2016, o Banco realizou suas operações de financiamento na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor (CDC). No entanto, brevemente deveremos estar aptos também a oferecer a linha de repasses Finame, uma vez que estamos em fase final de obtenção do credenciamento como agente do BNDES.

O Banco está focado em oferecer financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos produzidos pela Komatsu e comercializados por sua rede de distribuidores no Brasil, através das modalidades de financiamento Finame (BNDES), CDC e Arrendamento Mercantil. Como não está envolvido com outros produtos bancários de crédito ou de investimentos, será capaz de concentrar seus esforços na oferta de produtos e serviços específicos para seus clientes em condições de excelência.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e com as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

✓ Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01 (R1)
✓ Resolução nº 3.604/08 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03 (R2)
✓ Resolução nº 3.750/09 e Circular nº 3.463/09- Divulgação sobre Partes Relacionadas	CPC 05 (R1)
✓ Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente	CPC 24
✓ Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações	CPC 10 (R1)
✓ Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23
✓ Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) -Estrutura Conceitual	CPC 00 (R1)
✓ Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados	CPC 33 (R1)
✓ Resolução nº 3.823/09, Circular nº 3.484/10 e Carta-Circular nº 3.429/10 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CPC 25

Essas demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas em reunião de Diretoria em 14/03/2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**(a) Apuração do resultado**

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base “pro-rata” dia.

Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal e/ou encargos.

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações Interfinanceiras de liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias (entre a data de aplicação e vencimento do ativo) e, quando de um resgate

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

antecipado, apresentam risco insignificante de mudança do valor justo, sendo utilizado pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado **(Nota 5)**.

(d) Operações de Crédito

As operações de crédito, quanto ao nível de risco, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

(e) Provisões de Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

São constituídas em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das mesmas. O CMN estabeleceu por meio da Resolução nº 2.682/99, critérios a serem seguidos para análise de risco dos clientes com operações ativas e os parâmetros para constituição de provisão baseados na experiência passada e riscos específicos dos tomadores de crédito, natureza e finalidade das transações, características das garantias e valor **(Nota 6e)**.

(f) Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas referem-se a contratos de uso de licença de software apropriadas no resultado de acordo com os prazos de vigência dos contratos **(Nota 8)**.

(g) Imobilizado

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, combinado com a depreciação dos bens do imobilizado pelo método linear, com base nas taxas fiscais anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: veículos e processamento de dados 20% e demais itens 10%.

(h) Outros Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

(i) Imposto de renda e contribuição social (Ativos e Passivos)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica "Outros Créditos – Diversos" e realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais. A provisão para a contribuição social é calculada à alíquota de 20%, (até dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados pelos valores prováveis de realização e foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e à alíquota de 20% para a contribuição social (**Nota 12**).

(j) Passivos Circulantes e Exigíveis a Longo Prazo

São demonstrados por valores conhecidos calculados com base em variáveis observáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço.

(k) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferido ativo. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

(l) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

(m) Resultado de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas, da fluência do prazo.

4. DISPONIBILIDADES

Refere-se a disponibilidade no montante de R\$ 12 em moeda nacional, representadas por depósitos bancários.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações em depósitos interfinanceiros estão demonstradas a seguir:

Aplicações em depósitos interfinanceiros

	Até 3 meses	Total 31/12/2016
Não Ligadas (1)	42.248	42.248
TOTAL	42.248	42.248
% Concentração por prazo	100,0%	100,0%

(1) Com vencimentos até 20/03/2017, indexados de 98,0% a 99,5% do CDI.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO****a) Composição das Operações de Crédito**

	31/12/2016	
	Valor	%
Carteira de Varejo - CDC PRE - Construção	42.094	73,0
Carteira de Varejo - CDC PRE - Florestal	15.230	26,4
Carteira de Varejo - CDC PRE - Veículos Leves	151	0,3
Carteira de Varejo - CDC PRE - Peças	109	0,2
Carteira de Varejo - CDC PRE - Maquinas usadas	36	0,1
TOTAL	57.620	100,0

b) Composição por setor de atividade

	31/12/2016	
	Valor	%
Setor Privado		
Serviços	40.628	70,5
Comércio	10.381	18,0
Pessoa Física	4.542	7,9
Rural	1.047	1,8
Indústria	1.022	1,8
TOTAL	57.620	100,0

c) Concentração dos principais devedores

	31/12/2016	
	Valor	%
Principal devedor	6.409	11,1
10 maiores devedores	20.971	36,4
20 maiores devedores	11.393	19,8
50 maiores devedores	15.121	26,2
100 maiores devedores	3.726	6,5
TOTAL	57.620	100,0

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
d) Composição da carteira de operações de crédito por faixas de vencimento

	31/12/2016	
	Valor	%
Vencidas ⁽¹⁾	106	0,2
A vencer até 30 dias	1.952	3,4
A vencer de 31 a 60 dias	2.116	3,7
A vencer de 61 a 90 dias	2.235	3,9
A vencer de 91 a 180 dias	6.068	10,5
A vencer de 181 a 360 dias	10.215	17,7
A vencer acima de 361 dias	34.928	60,5
TOTAL	57.620	100,0

(1) Em 31/12/2016, o Banco possuía operações de crédito vencidas até 60 dias.

e) Classificação da carteira de operações de crédito por níveis de risco

		31/12/2016	
		Valor	
Níveis de Risco	% Provisão	Operações	Provisão
	Mínima Exigida	de Crédito	
A	0,50	17.602	88
B	1,00	35.992	360
C	3,00	940	28
D	10,00	3.086	309
TOTAL		57.620	785

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	2º Semestre	Acumulado
	2016	2016
Saldo Inicial	58	-
Complemento Líquido de Reversão	727	785
Saldo Final	785	785

No período, o Banco não possuía operações renegociadas, baixadas para prejuízo e recuperadas.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***7. OUTROS CRÉDITOS**

	31/12/2016
Rendas a Receber	304
Diversos (1)	1.430
TOTAL	1.734

(1) Refere-se, basicamente, aos créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no montante de R\$ 1.282 (vide Nota Explicativa nº 12).

8. OUTROS VALORES E BENS

	31/12/2016
Despesas Antecipadas (1)	268
TOTAL	268

(1) Refere-se a aquisição de Licença de uso de sistemas de informação.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2016
Cobrança e arrecadação de Tributos	25
Fiscais e Previdenciárias	307
Diversas (1)	1.490
TOTAL	1.822

(1) Refere-se a despesas com pessoal, no montante de R\$ 1.266 e fornecedores, no montante de R\$ 224.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O Capital Social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 100.000.000 (Cem milhões de Reais), divididos em 100.000.000 (Cem milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido do período para a constituição da Reserva Legal, até que esta alcance o limite de 20% do capital social realizado previsto em Lei. Do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o mínimo de 25% será distribuído como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, devendo ter o destino que for determinado pela Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

A Assembleia Geral poderá, também, se não houver oposição de nenhum acionista presente, tenha direito a voto ou não, deliberar distribuição de dividendo e/ou remuneração sobre o capital próprio inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro, observado o disposto no parágrafo 6º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco não constituiu Reserva Legal em face do saldo do prejuízo acumulado.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, quantia não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, a cada período, após as deduções previstas no Estatuto e conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. O valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio nos termos da legislação pertinente, poderá ser incluído ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. A destinação dos lucros e pagamentos deverá ser determinada pela Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria conforme Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco não distribuiu dividendos em face do saldo do prejuízo acumulado.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/09 do CMN, como segue:

Coligada do Grupo Controlador	31/12/2016
Rendas a Receber (1)	304
Komatsu Brasil International Ltda.	304
TOTAL	304
Pagamentos a Efetuar (2)	113
Komatsu Brasil International Ltda.	113
TOTAL	113
Outras Despesas Administrativas (3)	113
Komatsu Brasil International Ltda.	113
TOTAL	113

Todas as transações entre o banco e partes relacionadas são efetuadas a preço e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigente nas datas das operações.

(1) Refere-se a recebimento de subsídio de taxas sobre operações de crédito.

(2) Refere-se a pagamentos efetuados conforme contrato de rateio e reembolso de colaborador.

(3) Refere-se, basicamente, a compartilhamento de despesas gerais e administrativas.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º Semestre	
	2016	31/12/2016
Resultado antes da tributação	544	(2.916)
Alíquota nominal (25% IRPJ e 20% CSLL)	45%	45%
Encargo total de IRPJ/CSLL	245	(1.312)
(+) Adições Permanentes	30	30
(-) Exclusões Permanentes	-	-
Imposto de renda e contribuição social	275	(1.282)

b) Crédito Tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2016
Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social e Diferenças Temporárias	(2.849)
Crédito Tributário IRPJ	712
Crédito Tributário CSLL	570
TOTAL	1.282

Origem	04/01/2016	Constituição	Realização	31/12/2016
Crédito Tributário s/ Prejuízo Fiscal	-	876	-	876
Crédito Tributário s/ Adições Temporárias - PDD	-	353	-	353
Crédito Tributário s/ Adições Temporárias - Bônus	-	53	-	53
Total de Créditos Tributários	-	1.282	-	1.282

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em "Outros Créditos – Diversos", tendo em vista as estimativas dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisto no mínimo semestralmente (30 de junho e 31 de dezembro).

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura para os próximos 4 anos são:

- ✓ Premissas básicas aderentes ao plano estratégico do Banco e ao cenário macroeconômico atual;
- ✓ Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- ✓ Crescimento da carteira de crédito e dos "spreads" aderentes às expectativas de mercado;
- ✓ Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco;
- ✓ Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais da Instituição.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

A realização desses créditos tributários, no período estimado, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre os estoques de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL e sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a Taxa Selic projetada ano a ano, para os próximos 4 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço.

Ano de Realização	Valor	Valor Presente	% de realização
2017	161	147	12,6%
2018	230	193	17,9%
2019	407	318	31,7%
2020	484	354	37,8%
TOTAL	1.282	1.012	100,0%

13. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banco, que abrange desde as unidades de negócio até a Diretoria e seus comitês.

De acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, o Banco Komatsu reporta à Supervisão do BACEN os seguintes relatórios:

Risco de Crédito: Estatísticas de Crédito e SCR – Sistema de Informações de Crédito

Risco de Mercado: DRM – Demonstrativo de Risco de Mercado, DDR – Demonstrativo Diário de Risco

Risco de Liquidez: DRL – Demonstrativo de Risco de Liquidez

Gestão de Capital: DLO – Demonstrativo de Limites Operacionais

Adicionalmente, o Banco Komatsu do Brasil S.A. tem um sistema de gestão de controles internos que contempla políticas internas de risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco de crédito, compliance, controles internos, responsabilidade socioambiental, segurança da informação, alçadas e limites, divulgação das informações de riscos.

Para maiores informações, o Banco divulga seu balanço e detalhes sobre gestão de risco no site www.bancokomatsu.com.br, na aba Governança.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***a) Gestão de Risco**

O Compromisso da Diretoria de Compliance com o Banco, com o mercado, com os clientes e com os acionistas consiste em:

- ✓ Assegurar processos aderentes à legislação brasileira por meio de políticas institucionais, garantindo as boas práticas do mercado;
- ✓ Mitigar os riscos dos negócios e processos do Banco com eficiência, identificando problemas antes que eles ocorram, visando a automatização e eficiência de resultados e sempre mantendo um excelente relacionamento com os órgãos reguladores, tendo em vista a transparência das atividades e da gestão de riscos;
- ✓ Identificar, avaliar, controlar, monitorar e gerir os processos relacionados às atividades de Risco, Compliance, PLD com objetivo de melhoria contínua em todas as atividades do banco;
- ✓ Garantir a qualidade, agilidade e veracidade na execução das tarefas e relatórios com intuito de dar subsídio à tomada de decisão da alta gestão.

b) Gestão do Capital

O processo de gestão de capital está centrado no acompanhamento mensal da adequação do patrimônio de referência PR (Demonstração de limite operacional DLO), e visa assegurar que a instituição mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) utilizado para cumprir os limites operacionais detalhados na Resolução 4.192 do Conselho Monetário Nacional, consiste no somatório do Capital de Nível I e Capital de Nível II, onde:

- ✓ Capital de Nível I: composto pelo Capital Principal, apurado a partir do capital social, contas de reservas e lucros retidos menos deduções e ajustes prudenciais, bem como pelo Capital Complementar;
- ✓ Capital de Nível II: composto por instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeito a limitações prudenciais.

c) Gestão do Risco de Crédito

Em conformidade a Resolução nº 3.721/09 CMN, o Banco implementou a estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação. O controle e a gestão do risco de crédito têm a finalidade de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

A Área de Controle de Risco de Crédito é responsável por identificar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito das operações realizadas pelo Banco. Os princípios de controle do Banco estão descritos nas políticas de risco que estão em constante desenvolvimento e manutenção.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***d) Gestão do Risco de Mercado**

Em conformidade a Resolução nº 3.464/07 CMN, o Banco implementou a estrutura de gerenciamento do risco de mercado.

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. A definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Devido à importância do risco de mercado, deve-se dividir o mesmo em quatro principais riscos mais concentrados como a seguir:

- ✓ Risco de taxas de juros – A forma mais simples de risco de taxa de juros é o risco de que o valor de um título de renda fixa cairá como resultado de uma mudança nas taxas de juros de mercado.
- ✓ Risco de câmbio – As principais fontes de risco de câmbio são as correlações imperfeitas nas movimentações de preços de moedas estrangeiras e as flutuações das taxas de juros internacionais. Como todos os riscos de mercado, o risco de câmbio surge de posições abertas ou com hedging imperfeito.
- ✓ Risco de preço de commodities – O risco de commodities difere consideravelmente dos riscos de taxas de juros e de câmbio, já que a maioria das commodities é negociada em mercados nos quais a concentração de oferta pode aumentar a volatilidade de preços. Além do mais, flutuações na intensidade das negociações no mercado (ou seja, liquidez de mercado) frequentemente acompanham e exacerbam altos níveis de volatilidade de preço.

Outro tipo de diferenciação do risco de mercado deve ser relativo à forma como se analisa o mesmo, podendo ser de uma forma absoluta ou relativa. O risco absoluto é aquele que tem sua perda potencial expressa por valor absoluto. É diretamente ligado à carteira e procura-se, com isso, a volatilidade dos retornos totais. O risco relativo, por outro lado, é mensurado por meio de uma comparação com um índice, sendo assim, seu objetivo é determinar os desvios em relação ao parâmetro de referência.

Este risco é cuidadosamente identificado, mensurado, mitigado e controlado. O perfil de exposição a risco de mercado da instituição é conservador, o investimento da tesouraria é feito em Carteira Banking, também chamada de carteira de não negociação, pois seus papéis são levados até a data de vencimento.

O Banco não tem por objetivo operações para revenda, obtenção de benefícios de flutuação de preços efetivos ou esperados, nem mesmo para arbitragem. Por diretriz de suas políticas o Banco não apresenta operações de hedge e derivativos.

e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é aquele associado à eventual possibilidade do Banco não possuir recursos financeiros suficientes em uma data prevista para honrar seus compromissos, em razão de descasamentos entre fluxos de pagamentos e de recebimentos seja por:

- ✓ Dificuldade em negociar rapidamente ativos ou posições que possua, por falta de preços ou de liquidez de mercado;
- ✓ Disponibilidade de caixa para exercer suas obrigações, considerando a dificuldade para obter funding ou financiamento de sua posição de caixa e com isso manter suas obrigações financeiras adimplentes.

Para ambos os casos, o cliente estará sujeito a perdas financeiras.

As políticas e procedimentos internos referentes aos riscos se preocupam em cobrir tanto o risco de liquidez de financiamento como o risco de liquidez de mercado. Tais políticas e procedimentos estabelecem parâmetros para

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

a posição de liquidez da Instituição e capacidade de mensurar se o banco está operando nesses parâmetros, gerando relatórios à administração que permite tomar decisões sobre liquidez e monitorar os resultados dessas decisões.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) dispõe sobre a estrutura de Risco de Liquidez na Resolução nº 4.090/12 e o Banco está aderente a esta resolução.

f) Risco Operacional

O Comitê da Basileia (The New Basel Capital Accord, 2001, p.94), definiu risco operacional como "o risco de perda direta ou indireta, resultante de inadequações ou falhas de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos."

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, tais como:

- ✓ Risco Humano: para o Banco o risco do fator humano é definido como "uma forma especial de risco operacional", relaciona-se a possibilidade de perdas em função de deslizamentos ou desvios, esquecimento (lapsos), engano baseado em regras, erros de habilidade (qualificação), erro não intencional, violações das regras, fraude.
- ✓ Risco de Processo: é o conjunto de atividades ou tarefas estruturadas e relacionadas que produzem uma atividade fim. Departamentos e funções implicam em múltiplos processos de negócio, que viabilizam determinado resultado. É necessário identificar e planejar concreta e adequadamente as tarefas, determinando prioridades e descrevendo os procedimentos a fim de evitar perda de tempo, repetição de tarefas, desmotivação e queda de produtividade.
- ✓ Risco Tecnológico: está relacionado a uma ação humana, embora algumas vezes estejam associados a fenômenos naturais. Pode provocar danos significativos aos trabalhadores e a todo o processo.
- ✓ Risco Isolado de um Projeto: há muitas causas passíveis de problemas na execução de um projeto, contudo, realizaremos de perto um gerenciamento da qualidade. Acompanhando desde a definição e planejamento do projeto, nas práticas do gerenciamento de mudanças do escopo, no plano de trabalho, até na comunicação durante o projeto.
- ✓ Risco da Empresa: depende da sua capacidade financeira e da atratividade econômica do seu negócio. Esse risco pode ser identificado por: Financeiro ou Econômico.
- ✓ Risco Legal: o Risco Legal é relacionado aos retornos de uma instituição por falta de um completo embasamento legal de suas operações, ele também surge se a aplicação das leis ou regulações não são claras. Os Riscos Legais podem levar ao comprometimento da reputação da Instituição, à limitação das oportunidades de negócios, à redução do potencial de expansão e à dificuldade no cumprimento de contratos, pensando dessa forma, o Banco Komatsu aplicará o controle e acompanhamento constante dos processos através de reuniões periódicas e Comitês, buscando a melhoria nos processos e qualidade do nosso serviço mediante aos clientes e também fornecedores.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) dispõe sobre a estrutura de Risco Operacional na Resolução nº 3.380/06 e o Banco Komatsu do Brasil S.A. está aderente a esta resolução.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
14. ÍNDICE DE CAPITAL

O índice de Basileia, de Capital Principal, Nível I e Nível II, são requeridos para garantir a solidez do Banco e com intuito de suportar o crescimento do negócio da mesma. Tal índice é calculado com base na relação entre os ativos ponderados pelo risco e o capital do banco.

O Banco segue as orientações preliminares e cronograma relativos à implementação no Brasil, das recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária acerca da estrutura de capital e de requerimentos de liquidez (Basileia III), de acordo com o Comunicado nº 20.615 do BACEN de 2011.

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

A avaliação e suficiência de capital é feita periodicamente com intuito de verificar se o patrimônio de referência é suficiente para os riscos tomados pelo Banco.

	31/12/2016
Patrimônio de Referência	97.597
PR - Nível I	97.597
Capital Principal (CP)	97.597
Capital Social	100.000
Perdas ou Prejuízos Acumulados	1.634
(-) Deduções do CP exceto ajustes prudenciais	769
Capital Complementar (CC)	-
PR - Nível II	-
Instrumentos híbridos de capital e dívidas habilitadas para integrar o Nível III	-
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	86.816
Risco de Crédito	80.607
Risco Operacional	6.209
Risco de Mercado	-
Nível I	97.597
Capital Principal (CP)	97.597
Capital Complementar (CC)	-
Patrimônio de Referência	97.597
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	8.574
Folga em Relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	89.023

As instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido mínimo de 10,5% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco, acrescidos de percentuais sobre os riscos de créditos, em ativos e passivos referenciados em variação cambial e em variação da taxa de juros, conforme normas e instruções do Bacen.

Em 31 de dezembro de 2016 o Banco está enquadrado neste limite operacional, onde o índice de capital corresponde a 112,42%

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º exercício de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748 de 26/02/2015 do Banco Central do Brasil, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantida pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). O Índice de Alavancagem do Banco Komatsu do Brasil é de 96,90%.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***15. OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) Outras Despesas Administrativas	2º Semestre	
	2016	31/12/2016
Despesas de Processamento de Dados	438	745
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	368	556
Despesas de Serviços Sistema Financeiro	41	189
Outras Despesas Administrativas	261	388
Despesas de Comunicação	56	107
Despesas de Viagens	23	79
Despesa de Depreciação	37	72
TOTAL	1.224	2.136

b) Despesas de Pessoal

	2º Semestre	
	2016	31/12/2016
Proventos e Ordenados	2.899	6.369
Encargos Sociais	965	1.764
Benefícios	228	489
TOTAL	4.092	8.622

c) Benefícios a Funcionários

O Banco oferece aos seus empregados os seguintes benefícios: seguro de vida, seguro saúde, vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte. Nenhum destes benefícios é considerado como parte integrante do salário.

O Banco não possui planos de benefícios pós-emprego, benefício de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações, e não contribui com planos de previdência privada ou complementar.

d) Participação nos Lucros – Funcionários

O Banco concede o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados, de acordo com os parâmetros da legislação vigente.

e) Remuneração de pessoal chave da administração

A Resolução do CMN nº 3.921/12 tem como objetivo principal regulamentar e institucionalizar as políticas de remuneração dos administradores de instituições financeiras, assegurando seu alinhamento à política de gestão de riscos do Banco, no sentido de coibir comportamentos que possam ser considerados desalinhados dos níveis de segurança e de prudência desejados. A referida Resolução estabelece diretrizes sobre os programas de remuneração variável, e também as responsabilidades na aprovação, operacionalização e divulgação das políticas de remuneração, bem como a criação de um comitê de remuneração.

Alinhando às regras da referida Resolução, a remuneração dos administradores do Banco, são baseados, (i) nas responsabilidades dos Administradores, considerando os diferentes cargos ocupados e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) ao valor de seus serviços no mercado.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

Os administradores do Banco são remunerados através de Pró-Labore ou salários quando registrados sob o regime CLT, que estão apresentados na rubrica despesas de pessoal. A instituição não trabalha no momento com remuneração variável.

f) Ativos e Passivos Contingentes

O Banco não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável e possível.

Dessa forma, não há provisão constituída para passivos contingentes em 31 de dezembro de 2016, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.

g) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

h) Resultado de Exercícios Futuros

Refere-se as receitas dos contratos com taxas subsidiadas pela Komatsu Brasil International Ltda.

16. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa está constituído por:

	2º Semestre 2016	Acumulado 2016
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	89.652	-
Disponibilidades	17	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	89.635	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período	42.260	42.260
Disponibilidades	12	12
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	42.248	42.248
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(47.392)	42.260